

Estrutura fundiária brasileira: o trabalho de campo como alternativa pedagógica do ensino

Neli Angélica Frozza Ariotti*

Resumo

No presente artigo procura-se compreender a organização da estrutura fundiária brasileira e verificar como esta tem sido abordada no ensino de Geografia. Para essa compreensão, realizou-se com os alunos da 2ª série do ensino médio, do Colégio Lassale, visitas *in loco* em pequenas e médias propriedades, onde foram verificadas as realidades vividas pelas pessoas que habitam esses locais, bem como a realização de entrevistas para maior conhecimento do trabalho e da utilização da terra por essas pessoas. De volta à sala de aula, os alunos puderam ler e analisar as respostas obtidas das entrevistas e confrontá-las com textos de três livros didáticos selecionados, que são cotidianamente utilizados pelos professores na disciplina de Geografia, abordando conteúdos sobre a estrutura fundiária brasileira. Os alunos perceberam que os textos trazidos pelos livros não retratam claramente a realidade encontrada, principalmente, sobre a pequena propriedade. Os textos enfatizam a importância dos latifúndios, sua produção e destino dos produtos colhidos, mencionando, superficialmente, a existência das pequenas propriedades, do trabalho desenvolvido pela família e sua importância na produção de alimentos interna ao país e para a condição social desses grupos. Palavras-chave: Estrutura fundiária. Aula de campo. Livro didático.

1 INTRODUÇÃO

A organização do espaço brasileiro não surgiu do acaso; tem uma história. A diferença na distribuição de terras no território brasileiro se construiu desde a

* Mestre em Educação pela Unesco; professora de Geografia da Rede Estadual de Educação, Colégio La Salle; concluinte do Programa de Formação Continuada – PDE – 2008/SEED; Rua Itapuã, 681, Centro, 85.505.180, Pato Branco (PR); naniafa@hotmail.com

colonização do Brasil. Portanto, a má-distribuição das terras no país é consequência do processo histórico que teve início com a colonização e se perpetua aos dias atuais, com inúmeros problemas relacionados ao seu uso, desuso, exploração da terra, invasões, massacres; tudo isso resultado da concentração de terras. A forma como essa distribuição, ou como essa divisão das terras em propriedades se desenvolveu, é tema necessário em sala de aula, a fim de que os alunos possam entender que essa questão é histórica, política, econômica e social e que sempre atendeu aos interesses de uma classe dominante.

O Brasil é um país de grandes extensões territoriais, com uma área maior do que muitos outros países ocupam, porém com divisões de terras desiguais.

Inicialmente, no Período Colonial, o Brasil teve uma grande divisão territorial, as Capitânicas Hereditárias, propriedades doadas a pessoas ligadas ao Rei de Portugal, que tinham como missão fazer com que essas terras prosperassem. Esse empreendimento representou, além da entrada do capitalismo no país, a primeira forma de divisão irregular de terras.

De acordo com Welhing e Welhing (1994), os donatários de posse da capitania tinham deveres com a Coroa. Todavia, também lhes era conferido autoridade para distribuir as terras em forma de sesmarias¹ aos interessados e, é claro, aos seus compatriotas. Para receber a sesmaria, bastava ser cristão e pagar o dízimo da Ordem de Cristo. Caso a terra doada não fosse realmente utilizada em dois, cinco e até dez anos, conforme o documento de doação, retornaria ao poder público, no caso ao donatário, que a distribuiria novamente.

O tamanho da sesmaria variava de uma até quatro léguas de frente. O sesmeiro, responsável pela sesmaria, necessitava de um valor pequeno para fixar-se, com o qual adquiria mudas, sementes, ferramentas e escravos (WELHING; WELHING, 1994).

Paralelamente às sesmarias, a população dedicava-se à extração do pau-brasil, à agricultura de subsistência com cultivo de milho, mandioca, trigo, arroz, hortaliças. A produção de açúcar e a criação de gado eram destinadas à agricultura de exportação.

Diante dessa parte da história, é possível compreender o porquê da organização do espaço rural brasileiro ser dessa forma e não de outra, lembrando, também, que essas imensas propriedades cultivavam um único produto, monocultura, com vistas à exportação. Ao lado dessas propriedades, encontrava-se a

agricultura de subsistência, que também se espalhava pelos núcleos de colonização, porém apresentava problemas de baixa produtividade e rentabilidade, concentrando-se em alguns locais regionais, com diferenças na produção de alimentos básicos. Toda essa problemática que envolve a questão agrária brasileira, embora com novos formatos, continua a existir.

Especificamente em Geografia, tem-se a preocupação de saber como os alunos e professores têm recebido os textos dos livros didáticos sobre a questão da estrutura fundiária brasileira, a forma de vida do homem do campo, a valorização deste na produção de alimentos para a população, bem como a importância de sua permanência nas pequenas propriedades, desde que haja políticas públicas que valorizem o pequeno agricultor.

Essa preocupação fundamenta-se porque, nos livros didáticos, o estudo da estrutura fundiária brasileira não tem dado a importância que o tema requer. Isso justifica-se pelo fato de o material apresentar textos ínfimos, muitas vezes, sem questionamentos acerca da atualidade, nem contextualizados com a realidade histórica do país. A menção maior diz respeito aos latifúndios, ao agronegócio e à importância destes ao desenvolvimento nacional. Leis importantes, como a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964, em algumas obras, são citadas com pouca expressão; em outras, tampouco são mencionadas.

Essa falta de informação mais aprofundada nos livros sobre as diferentes formas de apropriação da terra no Brasil, muitas vezes, faz com que haja desconhecimento e uma forma errada no julgamento de alunos e professores no que diz respeito ao entendimento do assunto, o que provoca, entre eles, ideias de que a produção agrícola no país é unicamente de responsabilidade dos latifúndios e que as pequenas e médias propriedades estão desaparecendo do espaço rural brasileiro, em detrimento das maiores.

Omite-se a questão de como a distribuição da propriedade privada da terra ocorreu no país, como se isso fosse resultado de um trabalho harmônico, tranquilo, de distribuição regular, justa. A questão da doação de terras a pessoas amigas do Rei, a criação de leis, impedindo que ex-escravos e imigrantes pudessem virar proprietários parecem ser fatos pouco conhecidos.

Toda a diversidade que existe nas relações das propriedades de terra, sua produção, suas relações de trabalho devem e precisam ser mais bem conhecidas e analisadas tanto por alunos quanto por professores. Disso, decorre a necessi-

dade de analisar textos dos livros didáticos que chegam à escola, abordando esse tema com pouco aprofundamento, para construí-los mediante novas leituras e criação de instrumentos que contribuam para maior conhecimento e esclarecimento acerca do tema.

Além das discussões em sala, o professor de Geografia poderia se valer do trabalho de campo como metodologia de ensino que ajudaria a mostrar, sobretudo, para os alunos da área urbana, como é a vida e a produção no campo. Que o campo não é lugar de atraso, como geralmente se verifica na percepção dos alunos da cidade e, até mesmo, naqueles do próprio campo. Estes últimos, muitas vezes, ao identificar as diferenças de vida do campo em relação àquelas da cidade, acreditam que há superioridade daqueles em relação ao meio rural; na verdade, há interdependência entre campo e cidade.

O trabalho de campo pode proporcionar ao aluno e professor um encontro com a realidade vivida e de fato encontrada nesse local. A união da teoria com a prática, aliando-se ao contato mais próximo com essas pessoas, com certeza, fará com que os alunos possam vir a estabelecer semelhanças, diferenças com o que os livros lhes trazem e o que realmente acontece na realidade.

2 O TRABALHO DE CAMPO COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA DE ENSINO

Entende-se que a aula de campo é um instrumento muito valioso para conhecer, analisar, levantar dados, estabelecer semelhanças e diferenças sobre um determinado local, seja ele rural, seja urbano. É claro que antes que a aula aconteça, é preciso que o professor tenha objetivos definidos, um conteúdo familiarizado e muita organização. A questão do tipo de transporte a ser utilizado deve ser combinada, previamente, com a administração da escola, a fim de que não ocorram situações desagradáveis.

Certos passos devem ser estabelecidos para uma aula de campo. Schaffer (1999 apud PARANÁ 2006b, p. 46) estabelece alguns passos a serem seguidos: “[...] observação sistemática orientada, descrição, seleção, ordenação e organização de informações; registro das informações de forma criativa (croquis, maquetes, desenho, produção de texto, fotos, figuras etc.).”

Acredita-se que o professor deva enumerar algumas atividades para ser desenvolvidas após a aula de campo. Por exemplo: questionar os alunos sobre a história daquele local, fatos, curiosidades, notícias, procurar reconhecer as transformações evidentes que ali se encontram e até mais, pensar que outras transformações possam vir a ocorrer, trazendo para a contextualização a relação espaço-tempo.

Segundo Nidelcoff (1986 apud PARANÁ, 2006b), “[...] a aula de campo abre, ainda, possibilidades de desenvolver múltiplas atividades práticas, tais como: consultas bibliográficas (livros, periódicos), análise de fotos antigas, interpretação de mapas, entrevistas com moradores, elaboração de maquetes, murais etc.”

A saída a campo permitirá ao aluno *in loco* conhecer o assunto que se está trabalhando, fazer uma relação com leituras feitas, perceber as contradições que porventura venham a existir e poder aguçar sua criticidade.

A aula de campo abre espaços para que o aluno ou o grupo estabeleça opiniões e faça uma apreciação crítica, para a problematização de fenômenos observados, para o estabelecimento de hipóteses e para o encaminhamento à investigação. É, portanto, um recurso de múltiplas possibilidades de abordagem (temática e interdisciplinar) e de múltiplas perspectivas de exploração no processo de aprendizagem. (GELPI; SCHAFFER, 2003, p. 120).

No caso do tema proposto nesta pesquisa, o trabalho de campo foi uma alternativa para discutir com os alunos a importância de se verificar na realidade as *nuances* que ele apresenta e contrapô-las ao que o livro didático informa. O conhecimento da realidade vivida, pelos moradores desse espaço, sua problemática, a falta de incentivos maiores para a permanência destes no imóvel e as demais descobertas que venham a acontecer serão fundamentais para que os alunos possam ter uma compreensão maior e mais apurada de como está organizada a estrutura fundiária brasileira. Com isso, passam a valorizar, além das grandes propriedades, as pequenas e médias, responsáveis por uma grande parcela da produção interna para o país.

Com a finalidade de mostrar a relevância dessa atividade no ensino, na sequência deste texto, será apresentado o relato de experiência com alunos do ensino médio do Colégio La Salle, no município de Pato Branco.

3 VISITA ÀS PROPRIEDADES – AULA DE CAMPO

No dia 28 de outubro de 2008, com alunos da 2ª série do ensino médio do Colégio Estadual La Salle, foi realizado um trabalho de campo na comunidade de Passo da Ilha, área rural do município de Pato Branco, na pequena propriedade agrícola do Senhor Inácio Catusso, envolvendo não apenas a disciplina de Geografia, mas também a de Matemática.²

O envolvimento de outra área em atividades dessa natureza é sempre mais enriquecedor; nesse caso, a Matemática pode contribuir para discutir questões relacionadas à organização fundiária, tamanho da propriedade, extensão e medidas, entre elas, hectare, litro e alqueire.

A forma de organização do campo para a medida das terras nem sempre é compreendida pelos alunos, pois em sala de aula, torna-se algo muito abstrato, impossível de relacionar e compreender. Levando em consideração essas questões, um exercício realizado neste trabalho foi de medição do hectare de terra (10.000m²), além do auxílio do proprietário para explicar o processo.

Em seguida, fez-se o reconhecimento visual da propriedade, as culturas nela desenvolvidas e a realização de uma entrevista aos proprietários.

As questões da entrevista foram pensadas e escritas nas aulas anteriores pelos alunos, com o auxílio do professor, e distribuídas a eles nesse dia, para que cada um fizesse uma pergunta aos responsáveis pela propriedade. Foram elaboradas oito questões, com vários desdobramentos em alguns assuntos. O eixo que norteou o questionário foram perguntas sobre: história de aquisição da terra, alimentos produzidos, seu destino, pessoas que trabalham nela, preços dos produtos, gastos, tamanho, preocupação ambiental, instrumentos de trabalho, entre outras. No Quadro 1, observam-se algumas das respostas obtidas.

Você é proprietário? Sim.

Desde quando? Faz 34 anos, desde 1974.

Qual a história da aquisição deste terreno? Trabalhava com o meu pai. Éramos em seis irmãos, sendo quatro homens e duas mulheres. Nós, homens, ganhamos do pai, quatro alqueires cada um, e as mulheres, dois alqueires. E eu, com o passar dos anos, comprei mais dois. Hoje, a minha propriedade tem seis alqueires.

Qual o tamanho de sua propriedade? A minha propriedade tem, hoje, 6 alqueires.

Toda a extensão é aproveitável? Desses seis alqueires, 20% é preservação de mata; então, são 1.200 m² de mata. O restante eu planto as verduras, milho e soja.

Quais os alimentos produzidos em maior quantidade em sua propriedade? Os alimentos mais produzidos são hortifrutigranjeiros. Também planto milho e, agora, também tenho aveia.

Qual o destino dos alimentos? Comercializo na Feira do Produtor toda quarta-feira e sábado na cidade. Já o milho e a aveia vão para a cooperativa.

Qual o valor recebido pelos alimentos? Das verduras que vão para a feira, devo fazer, semanalmente, uma média de R\$ 600,00. O milho, hoje, está valendo R\$ 17,00. A aveia vai para semente, ainda não sei quanto vou ganhar.

O peso das sacas é igual? Dessa produção, nós vendemos por unidade (alface), por penca outras hortaliças. Por quilo mesmo, quase nada. As pencas variam conforme o produto, a gente vê o peso de cada raiz e faz aproximações. O peso da saca de milho e aveia é igual, 60 kg.

Qual o lucro obtido da venda de cada saca de produto? Das verduras, acredito que sobra uns 20%. Já do milho, cada alqueire dá, em média, 350 sacas; destas, sobra limpo 100 sacas; então, 100 x R\$ 17,00 vai me dar um lucro de R\$ 1.700,00 por safra. Claro que essa produtividade por alqueire vai depender de muitos fatores: tipo da semente, adubação, tempo; enfim, é mais ou menos assim. O trigo, quando eu plantava, dava mais ou menos 120 sacas por alqueire; destas, 90 eram gastas para pagar as despesas, de modo que sobrava por alqueire 30 sacas. Se investe muito, e o lucro é pouco.

Há quanto tempo plantam hortaliças? Lidamos com verduras há 14 anos.

Tem ideia de quantos quilos vende semanalmente na feira? Aproximadamente, uns 300 quilos.

Possui algum tipo de seguro agrícola para a horta? Já procurei, não existe. Aqui a gente tem que apostar na sorte.

Já teve proposta de vender sua propriedade para algum latifundiário? Não, ninguém nunca me procurou para isso.

Tem vontade de sair daqui e ir morar na cidade? Por quê? Não, aqui eu consigo sobreviver. Como não tenho estudo, já estou com quase 60 anos, o que eu iria fazer na cidade? Eu teria que me profissionalizar. E a Dona Nair complementa: muita gente com faculdade não ganha o que nós ganhamos aqui. Claro que é muito trabalhoso e sofrido, mas dá para viver bem. Seguindo, diz o Sr. Catusso. “A lida é todo dia e o dia todo.”

Quais os instrumentos utilizados para a cultura da terra e qual o número de pessoas que trabalha nela? Trabalhamos eu e minha esposa, somente. Para lidar na horta, eu uso esse microtrator, enxada, pá. Quando eu planto milho ou soja, meu genro empresta as máquinas. Quando é feito o plantio, eu pago em dinheiro e na hora da colheita o acerto é 10% do que colho, incluindo o trabalho da máquina e o caminhão que carrega e leva até a cooperativa.

Seus empregados possuem carteira assinada? Por quê? Como não temos empregado, ninguém tem carteira assinada. O que temos são notas de produtor rural para quando a gente se aposentar, vai precisar delas.

Você se preocupa com o meio ambiente? Toma alguma medida para protegê-lo? Qual? Sim. Eu me lembro que até uns 10 anos atrás, eu achava que tinha que desmatar tudo. Hoje eu vejo como eu estava errado. Os 20% de preservar as matas já é uma medida.

Quadro 1: Entrevista ao proprietário da pequena propriedade

Fonte: o autor.

Pelas respostas obtidas, vários foram os questionamentos levantados pelos alunos. Quais sejam: o longo tempo que o Sr. Catusso reside na propriedade. O fato de ter ganhado parte da propriedade do seu pai. Então a herança que lhe coube foi a terra. A quantidade de quatro alqueires é algo significativo. Tem bom valor. Curioso, também, o fato de as mulheres terem ganhado menos terra. Essa questão de gênero, de que os homens têm mais privilégios econômicos diante das mulheres, é algo comum no campo, uma questão de ordem sociocultural histórica que, com poucas reformulações, ainda pode ser identificada na atualidade. As próprias alunas comentaram que suas mães levaram algumas peças de enxoval; outras ganharam quase nada. Outra diz que a mãe ganhou uma máquina de costura.

A diversificação de atividades na propriedade é interessante. O produtor procura aproveitar todo o espaço, seja com horta, seja com as demais culturas. Nesse sentido, sua pluriatividade lhe possibilita estar sempre com certo capital. Não é necessário somente a safra para ter dinheiro. Com a venda das verduras, o produtor consegue juntar dinheiro semanalmente, na feira do produtor, na cidade. Essa situação repete-se há 14 anos. Um bom tempo de trabalho, de experiência, que lhe permite melhorar sempre.

O proprietário não conta com nenhum seguro agrícola, pois esse tipo de seguro não existe. É algo muito instável. Por isso, segundo ele, conta apenas com a fé que as condições climáticas possam lhe ajudar. Fato bastante questionável, já que ficar sujeito às intempéries os torna constantemente inseguros. Nunca foi procurado para vender sua propriedade. Os alunos acharam estranho em virtude do fato de a propriedade ser distante somente 6 km da cidade, estrada calçada com pedras irregulares, lugar bonito.

Uma questão muito interessante é quando o produtor, com sua esposa, afirma categoricamente que não pensa em morar na cidade, que ali é seu lugar. Sente-se o entusiasmo do casal, mesmo sabendo que no dia a dia enfrentam-se inúmeras dificuldades.

E o que dizer do trabalho incansável feito por Dona Nair? Ela mostra-se uma guerreira. Apresenta muita força física e espiritual. É uma pessoa muito positiva, disposta, tem uma lida diária, de muita exaustão, dedicação e trabalho. Trabalha da mesma forma que seu marido, haja vista que os instrumentos de trabalho são tradicionais, pesados. É preciso pôr a mão na terra. O casal mostra preocupação com o futuro quando diz ter notas de produtor rural, as quais serão utilizadas para a aposentadoria.

A questão da preservação ambiental é citada. O proprietário lembra que há uns 10 anos, não tinha essa consciência. Achava que deveria desmatar tudo. Hoje, percebe como é importante a preservação, o cuidado com a natureza.

Após os agradecimentos ao proprietário e à sua esposa, o trabalho foi conduzido para uma média propriedade localizada próximo dessa pequena, na mesma região.

A entrevista pôde ser observada no Quadro 2 e foi realizada com o Sr. Francisco Fiorese, uma pessoa idosa, aproximadamente, 70 anos, que, no momento, entregou a propriedade para ser administrada pelos dois filhos. Alega não ter mais saúde, nem apropriação da modernidade para continuar explorando a terra. Seus filhos, no momento da visita, não estavam presentes, já que era época de plena colheita de trigo; eles colhiam em outras terras, distantes dali, arrendadas por eles.

As questões praticamente foram as mesmas, com apenas algumas adaptações. O Quadro 2 mostra as respostas obtidas.

Você é proprietário? Sim, mas agora quem está se virando com tudo são meus filhos.

Desde quando? Faz muito tempo, eu ganhei do meu pai e daí fui comprando mais.

Quais os alimentos produzidos em maior quantidade em sua propriedade? Os filhos plantam soja, milho e trigo.

Qual o destino dos alimentos? Vender na cooperativa.

Qual o valor recebido pelos alimentos? Olha, o trigo hoje tá valendo R\$ 24,00, o milho tá R\$ 17,00; a soja, hoje, nem sei.

O peso das sacas é igual? Sim, todos têm 60 quilos.

Qual o lucro obtido da venda de cada saca de produto? Aqui, o trigo dá 140 sacas por alqueire x R\$ 24,00. Deve sobrar limpo umas 40 sacas por alqueire. Então, sobram R\$ 960,00 por alqueire. O milho e a soja dependem quanto dá por alqueire; cada ano tem variação.

Qual o tamanho de sua propriedade? Nosso mesmo são 20 alqueires, mas os filhos plantam no total uns 60. Eles arrendam.

A terra de sua propriedade é toda aproveitável? Sim, deixamos os 20% de reserva de mata, o resto eles plantam tudo.

Quais os instrumentos utilizados para a cultura da terra e qual o número de pessoas que trabalha nela? Temos as máquinas que precisam, tem caminhão para puxar os produtos. (Tinha a máquina colhendo trigo neste dia, perguntamos seu valor: R\$ 400.000,00 e vimos, também, o caminhão com o trigo colhido indo para a cooperativa. Falou-nos que, em 1 hora, a máquina colhe, mais ou menos, umas 70 sacas de trigo. Essa máquina é usada para colher todos os produtos plantados nesta propriedade). Aqui só trabalham meus dois filhos com as máquinas. Quando apura um pouco, eles pegam uns ajudantes, camaradas, e pagam a média de R\$ 50,00 por dia.

Você se preocupa com o meio ambiente? Toma alguma medida para protegê-lo? Sim, é bom ter a reserva né?

Quadro 2: Entrevista ao proprietário da média propriedade

Fonte: o autor.

A visita à média propriedade também suscitou alguns questionamentos. Entre eles, os alunos comentaram que, mesmo com 70 anos de idade, Sr. Francisco apresenta muita disposição, comparando-se com outros idosos. Um dado interessante é de que a terra também é fruto da herança que seu pai lhe deixou. Aqui, percebe-se a hierarquia da herança.

Nessa propriedade, a produção está concentrada na cultura de alimentos para a exportação, principalmente a soja. A comercialização das culturas ocorre com a cooperativa, e o valor recebido por cada saca de produto acompanha o preço de mercado. De acordo com o Sr. Francisco, os preços são baixos. É preciso boa produção para custear as despesas e sobrar algum valor. Aqui, observa-se que há um sistema de arrendamento de terra. Para dar conta de trabalhar e fazer com que a terra produza, os instrumentos de trabalho são modernos, as máquinas potentes, sementes selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos, caminhão; enfim, toda estrutura necessária à produção.

Depois da realização das visitas e das entrevistas, pode-se estabelecer um paralelo das semelhanças e diferenças encontradas nos diferentes locais.

Inicialmente, o que chamou atenção foi o fato da herança da terra. Tanto na pequena quanto na média propriedade, a terra foi doação do pai ao filho. Acredita-se, pelas informações, que essa tradição deva continuar.

O uso das máquinas na média propriedade é algo fundamental para que ocorra a produção. Já na pequena propriedade, o trabalho manual e com instrumentos mais tradicionais é o que mais predomina. Isso em virtude da plantação de verduras e da diversidade de outras culturas desenvolvidas.

O destino da produção também é bem diferenciado. Enquanto a pequena propriedade produz para abastecer a feira do produtor semanalmente na cidade, a produção da média propriedade é vendida na cooperativa que, por sua vez, exporta para outros países.

Outra situação é o trabalho desenvolvido pela mulher. Percebe-se que, na média propriedade, além do trabalho masculino, a presença da máquina é algo marcante e presente. Já para acontecer o trabalho na pequena propriedade, a cultura das verduras, existe a dedicação da mulher. A força de trabalho da mulher hoje está muito presente na sociedade brasileira. Na verdade, sempre esteve.

Algo bem presente, também, são as formas de trabalho encontradas. Na pequena propriedade, o trabalho familiar é predominante. Na média propriedade, além desse tipo de trabalho, acrescenta-se a forma de arrendamento de terra; modalidade essa muito comum nas regiões do país.

Nos estabelecimentos visitados, a preocupação com o meio ambiente é bem presente. Existe um respeito com a questão da reserva dos 20% da preservação das matas. Pelo depoimento de ambos, foi importante o governo ter criado essa lei, pois foi a partir dela que os produtores passaram a respeitar a vegetação e a preservá-la.

4 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Após as visitas feitas e as entrevistas realizadas nas propriedades, em sala de aula, foi realizado um debate sobre a aula de campo, as entrevistas, a conversa descontraída realizada com os moradores e demais comentários a respeito do que se viu e ouviu durante a visita.

Os alunos observaram que a tarde destinada à aula de campo foi muito prazerosa, uma vez que tiveram contato direto com os proprietários e andaram pela propriedade. Alguns, pela primeira vez, puderam ter contato com a terra, apalpar os canteiros com as hortaliças plantadas, conhecer uma geringonça utilizada para lavar as verduras e movida braçalmente pelos braços de Dona Nair. Espantaram-se quando perceberam que ela desenvolve um trabalho árduo diariamente. Fizeram-se comparações com o trabalho de suas mães e com o delas próprias em casa. Impressionaram-se quando o Sr. Catusso mostrou grande conhecimento com a Matemática. Este salientou que o conhecimento adquirido foi com a prática desenvolvida na venda das hortaliças na feira semanalmente da cidade.

Quanto à média propriedade, foi curioso perceber que as conversas giravam em torno da quantidade colhida, do terreno plano, possibilitando o trabalho da máquina, que cada dia compete mais com o ser humano e ocupa seu lugar. E o valor da máquina? Assustador. É por isso é que os pequenos produtores não têm condições de ter esses equipamentos, não é mesmo? Passaram a fazer cálculos de quantas sacas de produtos deveriam ser colhidas para poder adquirir tais instrumentos de trabalho. Contudo, alguém salientou: é preciso que o preço seja bom; caso contrário, não conseguem comprar, ou então vão ficar devendo no banco, com os financiamentos.

Na sequência, os alunos, divididos em grupos, passaram a analisar o conteúdo que os livros didáticos selecionados trazem sobre a estrutura fundiária brasileira e confrontá-lo com a realidade vista na aula de campo.

Foram selecionados três livros didáticos (imagens 1, 2 e 3), utilizados no decorrer dos anos, no Colégio Estadual La Salle, para o ensino médio; procurou-se fazer com que os alunos analisassem como estes abordam certas questões relacionadas à estrutura fundiária brasileira.

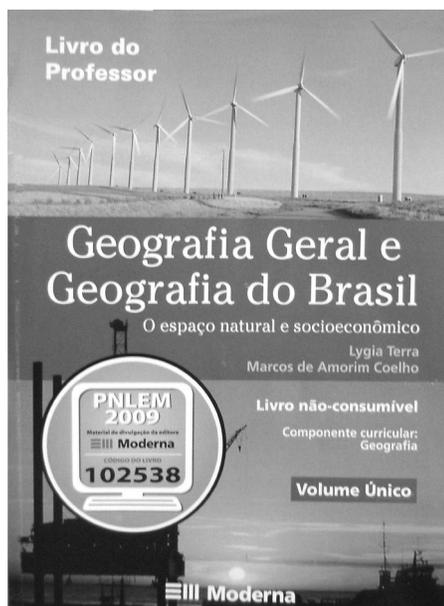


Imagem 1: Capa do livro 1 – Geografia Geral do Brasil – O espaço natural e socioeconômico

Fonte: o autor.

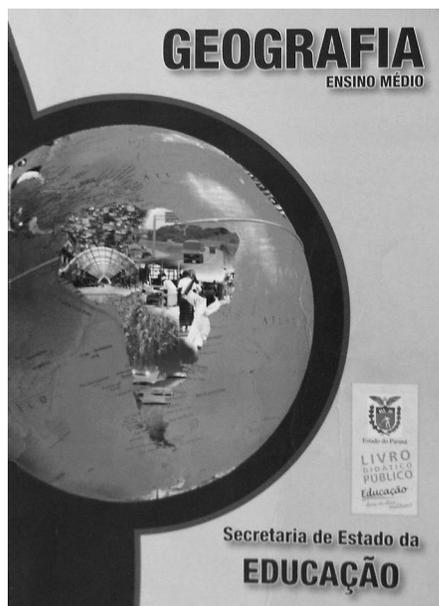


Imagem 2: Capa do livro 2 – Geografia – Ensino Médio

Fonte: o autor.

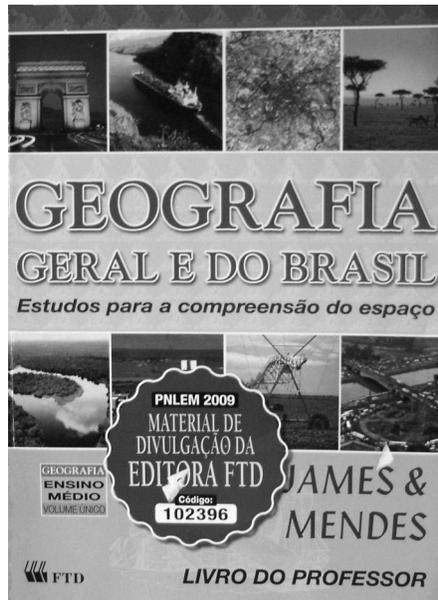


Imagem 3: Capa do livro 3 – Geografia Geral e do Brasil – estudos para a compreensão do espaço

Fonte: o autor.

Após a análise dos referidos livros, elaborou-se o Quadro 3 comparativo para melhor compreensão dos itens observados pelos alunos.

Itens analisados	Livro 1	Livro 2	Livro 3	Considerações
Importância da pequena propriedade	Grupo 1 – O livro destaca a importância sim. São responsáveis por grande parte das chamadas culturas de alimentação básica ou de subsistência, sustentando a	Grupo 1 – Atribuem importância maior aos grandes latifúndios. Grupo 2 – Aborda, mas muito superficialmente. Não dá o devido valor. Grupo 3 – Fala	Grupo 1 – Este livro fala mais a realidade de cada região. No sul fala mais das grandes propriedades, e nas demais, ficou difícil de encontrar. Grupo 2 – Não percebemos.	Neste item, percebe-se que quase todos os grupos são unânimes em afirmar que a importância que é dada nos livros se volta aos latifúndios. É muito mais presente esse tipo de propriedade do que a valorização e a

	<p>atividade produtiva agrícola do país e fornecendo alimentos à população.</p> <p>Grupo 2 – Os autores dão mais importância aos latifúndios, atribuem uma explanação muito superficial sobre os pequenos proprietários de terras.</p> <p>Grupo 3 – Não dão importância. Descreve sobre o MST e os grandes produtores.</p>	<p>que o trabalho do pequeno proprietário não é importante como o do grande proprietário, que a sua produção tem diversos destinos.</p> <p>“Enquanto os grandes proprietários pertencentes à classe dominante controlam grande quantidade de terras, a maioria dos camponeses fica com o controle de uma pequena parcela.”</p> <p>“A introdução de novas tecnologias no cultivo agrícola [...], ocasionou uma drástica redução da mão de obra empregada no campo e, conseqüentemente, o êxodo rural.”</p>	<p>Grupo 3 – Não, pois comenta sobre a produção dos grandes latifundiários.</p>	<p>importância da pequena propriedade. Observa-se, também, que, enquanto os dois primeiros livros tratam o assunto de forma não fragmentada, o Livro 3 faz abordagens regionais.</p> <p>“Principalmente na segunda metade do século XX, a agricultura contou com uma imensa expansão espacial [...]”, Livro 1; “A mudança capitalista que se processava no Brasil [...], necessitando ampliar as exportações e o desenvolvimento econômico brasileiro [...]”, Livro 2; “Quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito receberia e mais terra poderia comprar [...]”, Livro 3.</p>
Relações de trabalho no campo	<p>Grupo 1 – O livro mostra as relações de trabalho, mas não mostra a realidade dos trabalhadores rurais.</p> <p>Grupo 2 – O livro chega a citar alguns itens,</p>	<p>Grupo 1 – São mostradas muito superficialmente.</p> <p>Grupo 2 – Esse assunto diz que os grandes proprietários estão preferindo trabalhadores temporários, pois</p>	<p>Grupo 1 – Quase não aparece.</p> <p>Grupo 2 – Muito pouco é citado.</p> <p>Grupo 3 – Dá mais importância às atividades desenvolvidas nas grandes propriedades.</p>	<p>Pelas observações feitas, as relações de trabalho no campo são abordadas de forma mais geral. Nos textos apresentados, as relações de trabalho aparecem, porém não profundamente, contudo</p>

	<p>mas somente dá o conceito de cada relação (parceria, arrendamento), não os coloca na prática.</p> <p>Grupo 3 – O trabalho familiar e o trabalho infantil são considerados. Fala do direito à aposentadoria.</p>	<p>não são obrigados a regularizar as garantias e encargos trabalhistas.</p> <p>Grupo 3 – No livro consta a dificuldade dos pequenos produtores se modernizarem; assim, continuam utilizando o trabalho familiar manual.</p>		<p>são citadas. Interessante a observação no Livro 2 feita pelos alunos de dois itens: quando fala da dificuldade dos pequenos produtores em se modernizar e da preferência dos grandes proprietários em utilizar mão de obra temporária, já que esta os isenta dos encargos formais trabalhistas.</p> <p>Essas observações traduzem o que na realidade tem ocorrido com a mão de obra relacionada ao trabalhador rural. Acredita-se que um aprofundamento maior sobre as diversas formas de contratação de trabalhadores agrícolas fica a critério do professor ao trabalhar tal conteúdo.</p>
<p>Realidade vista na aula de campo versus livro didático</p>	<p>Grupo 1 – Os livros mostram mais a realidade dos grandes latifúndios. A importância da pequena propriedade não é tão mostrada nos livros. Tem-se a impressão de que o pequeno</p>			<p>Essa questão revela que a realidade vista nas visitas feitas, principalmente na pequena propriedade, não é mostrada nos livros didáticos. Há uma distância entre o que pode ser visto na aula de campo e o que os livros mencionam.</p>

	<p>proprietário com sua propriedade não existe.</p> <p>Grupo 2 – Não totalmente, pois os livros geralmente exploram os conceitos teóricos, sem aprofundar ou levar o assunto à realidade em que os pequenos proprietários vivem.</p> <p>Grupo 3 – Os livros, na maioria, abordam sobre os grandes proprietários, suas produções e excluem a importância que o pequeno proprietário tem.</p>			<p>Como diz o grupo 1, “[...] tem-se a impressão de que o pequeno proprietário com sua propriedade não existe.” Existe uma relação mais direta com a média propriedade, seus instrumentos de trabalho e a produtividade voltada à exportação.</p>
--	---	--	--	---

Quadro 3: Análise dos livros didáticos

Fonte: o autor.

Após as análises dos livros didáticos feitas pelos alunos, realizou-se um estudo minucioso sobre os conteúdos relacionados à estrutura fundiária brasileira. Constatou-se que, na realidade, os textos dos referidos livros enfatizam a grande propriedade, sua modernização, produção, avanços, e é pouco ressaltada a importância da pequena propriedade, com seus problemas, possibilidades, moradores e identidades.

Os livros apresentam o seguinte conteúdo relacionado ao assunto:

Estrutura fundiária – Livro 1:

Por estrutura fundiária entende-se o modo como as propriedades ou estabelecimentos rurais estão socialmente distribuídos.

[...] a frase que melhor sintetiza essa característica é: poucos com muita terra, e muitos com pouca terra. Os estabelecimentos rurais com área superior a 1.000 hectares representam apenas 1% do total e, no entanto, ocupam uma extensa porção (39,5%) das melhores terras agrícolas do Brasil. São os latifúndios, grandes propriedades rurais, muitas vezes improdutivas ou inadequadamente exploradas. São os minifúndios, pequenas propriedades rurais, geralmente exploradas pelo agricultor e sua família. (TERRA; COELHO, 2005, p. 360).

Constatou-se que, no Livro 1 (Imagem 1), além de textos referindo-se à estrutura fundiária brasileira, apresenta-se uma tabela do IBGE sobre a evolução da estrutura fundiária – 1970 e 1995, e gráficos referentes à distribuição das terras agrícolas – 1995-1996. Menciona muitos comentários a respeito da tabela e dos gráficos. Faz alusão à Lei de Terras de 1850 e, também, ao Estatuto da Terra de 1964. Documentos esses que explicam a questão da concentração de terras no país.

O autor ressalta a modernização da agricultura brasileira, suas características, bem como sua relação direta com o êxodo rural.

As formas de exploração direta e indireta da terra são explanadas, destacando-se as principais modalidades.

Os textos procuram colocar ao leitor a realidade do que ocorre no país, porém sem enfatizar que as pequenas propriedades, com seus trabalhadores, têm um grande peso e uma significativa importância ao fornecimento de alimentos para a população brasileira.

Estrutura fundiária – Livro 2:

A concentração de terra no Brasil é uma das maiores do mundo. Menos de 50 mil proprietários rurais possuem áreas superiores a mil hectares e controlam 50% das terras cadastradas. Cerca de 1% dos proprietários rurais detém 46% de todas as terras. Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são utilizados como lavouras. Os restantes das terras estão ociosas, subutilizadas, ou destina-se à pecuária. Segundo dados do INCRA, existem cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas no Brasil. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 203).

Já o Livro 2 (Imagem 2) faz abordagens mais superficiais, sem tabelas e gráficos evidenciando a distribuição de terras no país. Sobre a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964, não faz nenhuma menção. Essa parte histórica, necessária à compreensão da estrutura fundiária do país, não é mencionada no texto.

No texto, percebe-se uma tabela que mostra os principais produtos (soja, milho, arroz, feijão e trigo) referentes à safra de 2004/05, os hectares cultivados e a produção em toneladas. No decorrer do texto, há um mapa que ressalta a ocupação da terra pela agropecuária no Brasil/2004. Faz uma pequena menção aos pequenos produtores.

Estrutura fundiária – Livro 3:

A estrutura fundiária do Brasil sempre foi, desde suas mais remotas origens, injusta e desigual, concentrada nas mãos de poucos. No final do século XVIII e início do XIX, o espaço agrário brasileiro consistia apenas em algumas manchas de ocupação, separadas e distantes umas das outras. Existiam milhões de quilômetros quadrados ocupados apenas por campos e matas, sem qualquer forma de aproveitamento agropecuário [...] (TAMD-JIAN; MENDES, 2005, p. 168).

No Livro 3 (Imagem 3), o texto cita a Lei de Terras de 1850 muito superficialmente. Quanto ao Estatuto da Terra de 1964, faz menção maior. Aborda os principais artigos desse documento, bem como uma tabela do IBGE sobre a evolução da concentração da propriedade fundiária – 1950-1995, nas diferentes regiões brasileiras. No decorrer do capítulo, o autor destaca a modernização da agricultura, fragmentando-a por regiões. Ilustra mapas, evidenciando o corredor de exportação da soja da região nordeste. Outro mapa do Brasil mostra as diferentes formas de ocupação da terra pela agricultura.

Relações de trabalho no campo – Livro 1:

Como a maior parte da área agrícola do país está em mãos de proprietários, a exploração direta é a forma predominantemente de uso da terra. A parcela da área agrícola ocupada ou explorada pelos diferentes produtores rurais é a seguinte (1996): proprietário (93,8%), ocupante (2,8%), arrendatário (2,4%) e parceiro (0,9%). A condição de parceiro, arrendatário e ocu-

pante vem sendo reduzida em porcentagem da área agrícola do país. A grande maioria (cerca de 80%) dos proprietários é formada por pequenos produtores, pessoas cujas propriedades rurais tem áreas inferiores a 50 hectares. Constituem a agricultura familiar, responsável pela maior parte da produção de alimentação básica (feijão, arroz). (TERRA; COELHO, 2005, p. 366).

Sobre o assunto relações de trabalho desenvolvidas no campo, encontraram-se as seguintes explicações: os autores (Imagem 1) escrevem, paralelamente ao texto, um pequeno trecho claro e objetivo sobre os modos de exploração da terra. O texto tem continuidade, aborda o trabalho dos pequenos produtores, o trabalho infantil e as mudanças dos sistemas tradicionais (colonos, parceria) e a crescente substituição do trabalho permanente pelo temporário. Inclusive, menciona que os trabalhadores temporários, dependendo da região, recebem denominações diferentes. Destaca-se, também, a presença do empreiteiro, figura presente em várias regiões do país, executando uma tarefa de intermediação entre o proprietário e os trabalhadores. Dependendo do local, esse empreiteiro pode ser chamado de gato.

Relações de trabalho no campo – Livro 2:

Quanto aos pequenos produtores [...], a maior parte deles se utiliza ainda de técnicas tradicionais de cultivo, devido ao custo elevado dos insumos e tecnologias agrícolas. A mudança nas relações de trabalho no campo, principalmente com relação ao surgimento do trabalhador temporário não pode ser atribuído somente à introdução da tecnologia na produção, mas também a mudanças na legislação trabalhista [...] é preciso discutir também, a unidade familiar de produção, os arrendatários e os parceiros que se constituem relações muito utilizadas no sistema agrícola brasileiro. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 207).

O texto do Livro 2 (Imagem 2) destaca o trabalho desenvolvido pelos pequenos produtores. Ele faz alusão ao trabalhador temporário e, também, explica que este surgiu e se intensificou após a modernização da agricultura e as mudanças na legislação trabalhista, fazendo com que os patrões dispensem esses trabalhadores em razão do seu custo muito elevado. No decorrer do texto, percebe-se uma sugestão de pesquisa, com as seguintes perguntas:

Você sabe o que é um agregado? No que ele se diferencia de um empregado, de um meeiro, de um arrendatário? Todas essas palavras denominam diferentes formas de relações de trabalho e produção no campo. Pesquise o que significam e que relações de trabalho se estabelecem. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 208).

Esses questionamentos são pertinentes. Contudo, questiona-se o seguinte: e se o aluno não se preocupar em pesquisar e o professor não estiver preparado para aprofundar o assunto, esse conteúdo pode ser visto muito superficialmente. Essa observação se faz em virtude da experiência que se tem na docência; sabe-se que, atualmente, a questão da pesquisa escolar precisa ser muito bem trabalhada para que, realmente, os alunos venham a desenvolvê-la. Acredita-se que um texto explicativo, no decorrer do capítulo, levaria a uma melhor compreensão desse assunto; dessa forma, geraria um debate com participação dos escolares.

Relações de trabalho no campo – Livro 3:

O Brasil tem registrado sangrentos conflitos no campo ao longo de toda a sua história. No início, as principais vítimas foram os indígenas, expulsos de suas terras pelos invasores “civilizados”. Mais recentemente, os conflitos no campo decorrem dos seguintes fatores [...] (TAMDJIAN; MENDES, 2005, p. 183).

Após esse texto introdutório, do Livro 3 (Imagem 3), os autores apresentam uma tabela elaborada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostrando o número de conflitos ocorridos no campo ao longo dos anos. Sobre as diferentes modalidades de trabalhadores no campo, é encontrado um pequeno texto intitulado *Os personagens do campo*, no qual são citados os conceitos muito elementares relacionados a posseiro, meeiro, grileiro e gato.

Aqui se percebe que o autor demonstra maior preocupação em mostrar a questão conflituosa relacionada à terra do que as diferentes formas de relações de trabalho encontradas no país.

Sobre a indagação do que o livro didático apresenta e a realidade vista na visita de campo, enfatiza-se que a realidade se torna muito distante daquela que os livros trazem. Os textos induzem o leitor a imaginar um Brasil repleto de grandes propriedades, alta produção, muita mecanização, número baixo de

pequenas propriedades, elevada modernização no campo, pouca presença dos trabalhadores rurais. Tem-se a impressão de que a concentração de terras é um fator natural.

A produção dos alimentos para abastecer o consumo interno não é ressaltada. Sabe-se que a produção, por exemplo, de verduras, é realizada pelos pequenos produtores. Esse tipo de informação e outras pertinentes à produção da pequena propriedade não são vistas nos textos dos livros didáticos. E, sabe-se que, atualmente, essa tem grande importância à economia nacional. De acordo com Oliveira (2001, p. 85), os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares nos últimos anos vêm crescendo, pois passaram de 654.557 para 3.064.822 estabelecimentos. “Esse processo de crescimento mostra de forma clara o crescimento do campesinato no Brasil e não o seu desaparecimento.”

Na verdade, o processo contraditório da expansão da agricultura não está sendo mostrado nos textos didáticos. Há forte tendência em evidenciar mais o papel do latifúndio, com sua grande produção de cana-de-açúcar, soja, arroz, laranja e, em escala menor, a produção do trigo, cacau, café, entre outros. E, como diz Oliveira (2001, p. 90), “[...] as pequenas unidades camponesas tem sido responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos da população e de várias matérias-primas industriais.”

A característica e a identidade do pequeno trabalhador não são apresentadas nos textos. O seu jeito de relacionamento com a natureza, o árduo trabalho cotidiano, a forma como organiza suas atividades, o trabalho dos membros de sua família, as relações com a vizinhança, as festas realizadas na comunidade, enfim, a sua labuta diária e peculiar não é citada. A própria valorização e a importância do trabalhador e de seus filhos em permanecer na terra não foram encontradas em nenhum dos textos. “Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas.” (PARANÁ, 2006a, p. 22).

5 CONCLUSÃO

A forma como a estrutura fundiária brasileira se apresenta tem suas raízes na história desse país. A grande concentração de terras de um lado e, de outro, a

existência e o aumento das pequenas propriedades é um fato que não pode ficar à margem do conhecimento dos alunos.

A Geografia, como disciplina que tem por objeto o estudo do espaço geográfico, tem grande responsabilidade em esclarecer e mostrar ao aluno a realidade encontrada nesse país sobre vários assuntos que lhes diz respeito. Por sua vez, os autores dos livros didáticos de Geografia também devem procurar mostrar a realidade vivida e encontrada no território nacional.

Nas atividades apresentadas, permitiu-se constatar que a realidade retratada na pequena propriedade não é tratada da mesma maneira como se trata a questão dos latifúndios nos livros didáticos analisados.

Durante a visita às propriedades, os alunos questionavam sobre o não conhecimento de certas práticas que viram na pequena propriedade, por exemplo: o trabalho braçal dos proprietários da pequena propriedade na cultura das verduras; achavam que tudo era feito com o auxílio de máquinas; a lavagem das verduras feita mediante a criatividade do Sr. Catusso; a quantidade necessária a ser plantada, prevendo fatores climáticos; vender as verduras com as folhas ou sem estas (rabanete, cenoura, beterraba); quantidade de unidades de verduras para proporcionar uma medida certa, já que uma cenoura pesa mais do que um rabanete e assim por diante; uma realidade que nunca viram, tampouco leram em livros didáticos. Ficaram bastante curiosos para saber mais detalhes de como vive “aquela gente”. Puderam perceber o trabalho sofrido, a fé e a crença de apostar nas condições climáticas, já que, para o sucesso do cultivo de hortaliças, é preciso que o tempo corra bem; o jeito simples e humilde dessas pessoas tanto na vestimenta quanto na conversa; sua dedicação na terra; também, da criatividade que acabam desenvolvendo para superar as dificuldades encontradas. O trabalho incansável desenvolvido pela esposa do proprietário da pequena propriedade sensibilizou os alunos. Seu horário de trabalho, que começa ainda quando o dia não amanheceu e termina ao anoitecer. O esforço físico que ela desenvolve, seja no carregamento de caixas cheias de verduras, seja no arado, na enxada, seja nos demais instrumentos utilizados, além de todos os trabalhos domésticos, uma luta contínua, de domingo a domingo. Não existe final de semana, nem feriados.

Por outro lado, percebe-se que, na média propriedade, a curiosidade não foi tanta. Os alunos não demonstravam querer saber de muita coisa. Puderam ver uma grande extensão de terra, um trigo sendo colhido pela máquina, um ca-

minhão que puxava o trigo colhido para a cooperativa e a existência somente de um operador de máquina. A impressão é que essa paisagem não lhes é distante, tampouco desconhecida. Isso pode ser atribuído ao enfoque que os alunos encontram sobre o assunto nas aulas, nos livros didáticos, que, como pode ser observado na interpretação dos textos desses materiais, dão ênfase às propriedades maiores. A mídia também contribui para explicar muito mais sobre as grandes propriedades, em detrimento das pequenas.

Ao realizar a análise dos livros didáticos, mais uma vez, é possível perceber o espanto dos alunos quando perceberam que a pequena propriedade, com sua existência, força de trabalho, instrumentos de produção e da produção propriamente dita, quase não aparece nos textos dos livros selecionados. O que foi constatado é que pouco espaço tem para essa forma de propriedade nos livros analisados. Os textos enfatizam os latifúndios. A forma como estes passaram a existir no país quase não é citada. A concentração de terras é transmitida como algo natural. A própria Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964 aparecem com ínfimas contribuições ao professor e ao aluno. O fato é que os livros analisados não esclarecem a historicidade existente na organização da estrutura fundiária brasileira.

A contribuição que os livros didáticos trazem para esse assunto não deixa de ser importante. Todavia, é necessário salientar que são informações superficiais e carecem de aprofundamento maior para que possa haver compreensão e entendimento de como ocorreu a organização fundiária no país e como realmente é importante a presença das pequenas propriedades com sua produção e organização na produção de alimentos para a população brasileira.

Salienta-se que a pequena propriedade, com sua produção familiar, sempre foi deixada de lado, em segundo plano diante do latifúndio, como local deficitário, de pouca produção, e que a grande propriedade, que sempre recebeu os estímulos das políticas agrícolas, era a responsável pela grande produção do país. Sabe-se que, nos últimos anos, essa tendência tem sofrido modificações. É possível perceber que as pequenas propriedades passaram a ser valorizadas. A diversidade de atividades desenvolvidas nas propriedades, uma política agrícola criada para fomentar o desenvolvimento desses estabelecimentos, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o desenvolvimento das comunidades, as organizações sociais dos pequenos produ-

tores, cooperativas, os movimentos sociais nascendo e se fortalecendo dia a dia dão conta de que o seu devido valor está sendo reconhecido.

É importante, também, destacar de que no espaço rural do país ainda reside uma parcela considerável da população; é fundamental que essa população permaneça e se desenvolva não somente em atividades relacionadas à terra, mas também que o homem do campo possa criar e desenvolver outras atividades que venham a suprir suas necessidades e que possa obter renda suficiente para viver com dignidade, pois sabe-se que, na área urbana, a oferta de trabalho tem diminuído consideravelmente nos últimos anos.

Cabe dizer que as administrações públicas devem olhar com mais atenção essas populações, oferecendo-lhes os serviços necessários de instrução, principalmente aos jovens, o aumento da eletrificação rural, meio de transporte e de comunicação, estradas em condições de uso, postos de atendimento à saúde, distribuição de remédios e demais serviços necessários e de direito para que essas pessoas se sintam bem na área rural e permaneçam nela.

Estructura agraria brasileira: el trabajo del campo como alternativa pedagógica del ensino

Resumen

El presente artículo procura entender la organización de la estructura agraria brasileira y verificar como esta há sido estudiada en el curso de geografía. Para este entendimiento realizamos con los alumnos de la 2da serie del ensino médio del colégio Lassale visitas in loco en pequenas y medias propiedades donde fueron verificadas las realidades vividas por las personas que viven en estos locales así como la realización de entrevistas para un mayor conocimiento del trabajo y de la utilización de las tierras por los mismos. De vuelta a la sala de aula los alumnos pudieron leer y analizar las respuestas obtenidas con las entrevistas y compararlas con los textos de tres libros didácticos seleccionados que son cotidianamente utilizados por los profesores de la disciplina de geografía abordando contenidos sobre la reforma agrária brasileira. Los alumnos pudieron notar que los textos traídos por los libros no muestran claramente

la realidad encontrada, principalmente sobre la pequeña propiedad. Los textos enfatizan la importancia de los productos cogidos, mencionando superficialmente la existencia de las pequeñas propiedades del trabajo desarrollado por la familia y su importancia para el fornecimiento de los alimentos para la población.

Palabras-clave: Estructura agraria. Clase del campo. Libro didáctico.

Notas explicativas

¹ Terreno inculto ou abandonado que era doado; antiga medida agrária. (BUENO, 2004, p. 603).

² Participou dessa atividade a professora Zelir Ribeiro da área de Matemática.

REFERÊNCIAS

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2004.

GELPI, A.; SCHAFFER, N. Guia de percurso urbano. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Geografia em sala de aula: prática e reflexões**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 119-126.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 63-110.

PARANÁ (Estado). **Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. Curitiba, 2006a.

PARANÁ (Estado). **Geografia**. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. Curitiba, 2006b.

SCHAFFER, N. O. O Livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Geografia em sala de aula: prática e reflexões**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Geografia: ensino médio**. Curitiba: Seed, 2006.

TAMDJIAN, James; MENDES, Ivan Lazzari. **Geografia Geral e do Brasil: estudos para a compreensão do espaço**. São Paulo: FTD, 2005.

TERRA, Lygia; COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico**. São Paulo: Moderna, 2005.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 359.

Recebido em 12 de dezembro de 2008

Aceito em 27 de fevereiro de 2009